



HAL
open science

OS SUBALTERNOS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS: EXCLUSÃO E/OU MARGINALIZAÇÃO INSTITUCIONAL DE MULHERES NA PESQUISA

Gisèle Sapiro

► **To cite this version:**

Gisèle Sapiro. OS SUBALTERNOS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS: EXCLUSÃO E/OU MARGINALIZAÇÃO INSTITUCIONAL DE MULHERES NA PESQUISA. *Educação & Sociedade*, 2025, 46, pp.e301918. <10.1590/ES.301918>. <hal-05538925>

HAL Id: hal-05538925

<https://hal.science/hal-05538925v1>

Submitted on 5 Mar 2026

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.



Distributed under a Creative Commons CC BY 4.0 - Attribution - International License

OS SUBALTERNOS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS: EXCLUSÃO E/OU MARGINALIZAÇÃO INSTITUCIONAL DE MULHERES NA PESQUISA¹

GISÈLE SAPIRO¹ 

RESUMO: Este artigo analisa a presença e o reconhecimento das mulheres nas ciências sociais. Utilizando dados coletados em pesquisas anteriores e em levantamento sobre a composição dos membros dos comitês executivo e de pesquisa da Associação Internacional de Sociologia, a autora critica os argumentos que justificam a exclusão das mulheres nesse campo, os quais oscilam entre a excelência e a representatividade estatística. Sugere que seria mais apropriado identificar os processos históricos de exclusão ou subordinação das mulheres no ensino, na pesquisa acadêmica, no acesso à publicação e à tradução e, finalmente, na canonização. Concluiu que é necessário localizar no passado os mecanismos de desvalorização das mulheres em relação aos homens e examinar as formas como eles persistem hoje.


Palavras-chave: Ciências sociais. Desigualdades de gênero. Subalternização. Ensino superior. Cânone sociológico.

LES SUBALTERNES DES SCIENCES SOCIALES: EXCLUSION ET/OU MARGINALISATION INSTITUTIONNELLE DES FEMMES DANS LA RECHERCHE

RESUME: Cet article analyse la présence et la reconnaissance des femmes dans le domaine des sciences sociales. À partir de données recueillies dans le cadre de recherches antérieures et d'une enquête sur la composition des membres des comités exécutif et de recherche de l'Association Internationale de Sociologie (ISA), l'auteure critique les arguments qui justifient l'exclusion des femmes dans ce domaine, lesquels opposent « l'excellence » et la « représentativité statistique ». Elle suggère qu'il serait plus approprié d'identifier les processus historiques d'exclusion ou de subordination des femmes dans l'enseignement, la recherche universitaire, l'accès à la publication et à la traduction et, enfin, la canonisation. Elle conclut qu'il est nécessaire de localiser dans le passé les mécanismes de dévalorisation des femmes par rapport aux hommes et de s'interroger sur les formes sous lesquelles ils persistent aujourd'hui.

Mots-clés: Sciences sociales. Inégalités de genre. Subalternisation. Enseignement supérieur. Canon sociologique.

1. École des Hautes Études en Sciences Sociales  – Paris, França. E-mail: gisele.sapiro@ehess.fr

Editora de seção: Débora Mazza 

Este artigo decorre de uma conferência apresentada na Université de Montpellier como parte de um ciclo de debates sobre o tema “Desmasculinizar as ciências sociais”, coordenado por Claire Ducournau e Aurélie Knüfer a ser publicado em francês no volume deste ciclo: Claire Ducournau et Aurélie Knüfer (dir.), *Démasculiniser les sciences sociales*, Lyon: Presses de l'ENS de Lyon, 2026.

LAS SUBALTERNAS DE LAS CIENCIAS SOCIALES: EXCLUSIÓN INSTITUCIONAL Y/O MARGINACIÓN DE LAS MUJERES EN LA INVESTIGACIÓN

RESUMEN: Este artículo analiza la presencia y el reconocimiento de las mujeres en las ciencias sociales. A partir de datos recopilados mediante investigaciones previas y una encuesta sobre la composición de los miembros de los comités ejecutivo y de investigación de la Asociación Internacional de Sociología (ISA), la autora critica los argumentos que justifican la exclusión de las mujeres en este campo, que oscilan entre la excelencia y la representatividad estadística. Sugiere que sería **más** apropiado identificar los procesos históricos de exclusión o subordinación de las mujeres en la docencia, la investigación académica, el acceso a la publicación y la traducción, y, finalmente, la canonización. Concluye que es necesario ubicar en el pasado los mecanismos de devaluación de las mujeres respecto a los hombres y examinar las formas en que persisten en la actualidad.

Palabras clave: Ciencias sociales. Desigualdad de género. Subalternización. Educación superior. Canon sociológico.

Introdução

A questão da feminização das ciências sociais se mostra com frequência justificada com base em uma oposição que oscila entre a falta de excelência e a baixa representatividade estatística, como é o caso, por exemplo, de quando se trata de incluir as pesquisadoras do sul². A pauta foi expressamente colocada nesses termos no seio da Associação Internacional de Sociologia (ISA), no fim dos anos 1990 (Sapiro, 2023a). Esse enquadramento do debate, aparentemente em resposta a demandas feministas, não obstante a legitimidade da problemática, naturaliza as desigualdades de gênero na pesquisa e alhures. Seria mais apropriado revelar os casos da sub-representação histórica de mulheres na história das ciências humanas e sociais (tal como acontece nas ciências naturais); eles resultam de um processo de exclusão ou de subalternização das mulheres no ensino e na pesquisa. Por isso, é necessário identificar no passado tais mecanismos de rebaixamento e questionar as formas como eles são suscetíveis de persistir no presente.

Os processos de sub-representação se iniciaram pela restrição do acesso das mulheres aos estudos superiores, pois as escolas para meninas na França não preparavam para o *bac*³ antes de 1924 e, assim, as excluía das profissões liberais (Rennes, 2007), do ensino secundário e ensino do superior. Na pesquisa, as mulheres eram rebaixadas às funções subalternas. Esse foi o caso das ciências sociais francesas do fim do século XIX, como mostrou Hélène Charron (2013). Seus domínios de especialização, particularmente o trabalho social, se viam marginalizados, talvez excluídos da disciplina, como se deu com o processo de profissionalização da sociologia nos Estados Unidos (Ross, 1990). Seus vestígios foram apagados da história das ciências sociais, mesmo quando publicavam, como ocorreu com algumas mulheres membros do círculo mais próximo de Alfred Weber e de Karl Mannheim (Dubois, 2023), na Alemanha da primeira metade do século XX.

É isso que revelam as pesquisas recentes, ou ainda em curso, que corrigem uma história ainda muito centrada nas grandes figuras masculinas. Em filosofia, foi necessário o trabalho de anamnese operado por Annabelle Bonnet (2022) para exumar as esquecidas da história, tal como Jenny d'Héricourt, Julie

Favre, Jeanne Crouzet, Iulia Hasdeu, Clémence Royer, Jeanne Baudry, Léontine Zanta, Alice Steriad, Lucy Prenant, Hélène Metzger, Renée Déjean, Yvonne Picard ou Marguerite Buffard Flavien, somente na França. As descobertas científicas que essas pesquisadoras fizeram foram frequentemente atribuídas aos homens, como no caso de Marthe Gautier com a trissomia (Herzberg, 2022). Marie Curie e sua filha Irène Joliot-Curie representam, nesse tema, exemplos excepcionais (Matonti, 2024).

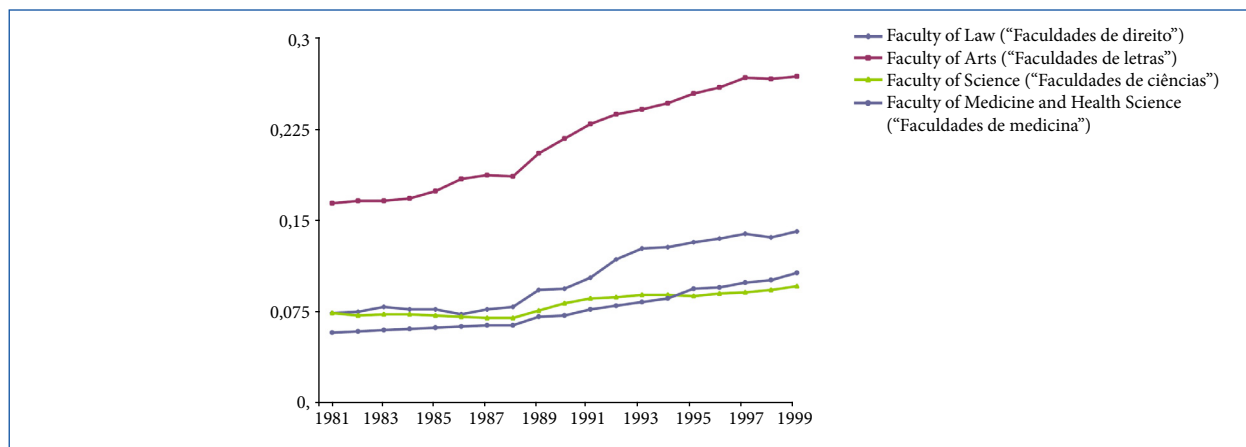
Tais formas de exclusão não desapareceram com o acesso das mulheres ao ensino superior e à pesquisa depois da Segunda Guerra Mundial, nem mesmo no período contemporâneo, pois a igualdade real de chances de acesso ao pleno reconhecimento é um fenômeno muito mais recente do que imaginamos e ainda é realizada de forma desigual entre as disciplinas e os setores, como demonstro tomando como exemplo as ciências humanas e sociais. Abordo quatro aspectos dessas desigualdades, com base nos dados coletados no quadro de diferentes pesquisas que poderiam ser replicadas em outros contextos nacionais ou em outros campos disciplinares. Em primeiro lugar, trato da carreira, ou seja, do problema do acesso das mulheres a diferentes quadros do ensino superior e da pesquisa na França. Segundo, da visibilidade e de seu reconhecimento internacional, tomando como exemplo a ISA. Terceiro, de sua evidência e consagração internacional por meio das traduções. Enfim, termino com a questão difícil dos lugares por elas ocupados no cânone das ciências humanas e sociais.

O Acesso a Posições Acadêmicas e o Gênero das Disciplinas

Após a Segunda Guerra Mundial, as mulheres que ocupavam postos nas universidades europeias eram quase inexistentes. Em 1949, a geógrafa Gerd Enequist foi a primeira recrutada como professora de uma universidade do estado na Suécia (posição que lhe fora interdita no início do século). Até 1953, não havia nenhuma mulher no quadro de professores titulares alemães.

Na França, a porcentagem global de mulheres exercendo funções docentes nas universidades era de 6% em 1946. Avançou para 18,7% em 1968; 29,3% em 1981; e 27% em 1992. Em números absolutos, isso significou o mesmo que multiplicar por 50 o número de docentes (passando de 182 em 1946 para cerca de 10 mil em 1991). Nas faculdades de letras, a proporção de mulheres em 1946 era similar à média (6%), tendo sido a primeira nomeada em 1934, mas a feminização foi interrompida pelo regime de Vichy⁴, e na faculdade de Paris não existiu nenhuma docente antes de 1947. Em 1967, as mulheres representavam 7,5% das professoras e *maitresses de conférences*⁵ dessa faculdade e 21,6% de *maitresses-assistantes*⁶. Em 1981, 16,4% das professoras⁷ e 37,9% de *maitresses de conférences* da faculdade de letras eram mulheres, porcentagens que passaram, respectivamente, a 23,7 e 41,4% em 1992 (Charle, 1999).

O processo de feminização se acelerou nos anos 1990, alcançando todas as disciplinas de ciências humanas, ainda que de modo desigual. Na França, no quadro de professoras universitárias, constatou-se um crescimento significativo de mulheres em 1989 em diante, passando de 6 a 8% para 10% ou mais em medicina, ciência e direito e em menos de 20% a mais de 25% em ciências humanas e sociais (Fig. 1). Entre 1999 e 2013, a porcentagem de docentes-pesquisadoras mulheres, de todas as categorias agregadas, aumentou em ao menos dez pontos nas disciplinas de ciências humanas e sociais, passando de 20 a 30% na ciência política, de 25 a 34% na economia, de 25 a 42% na sociologia e de 46 a 56% na psicologia⁸ (Brun; Fordant; Sapiro, 2018). No departamento de ciências humanas e sociais do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), que é uma instituição mais feminina em comparação com os departamentos de biologia, química, geociências, física e matemática, a porcentagem de mulheres avançou de 41,7% em 2001 para 46,5% em 2014, contra respectivamente 30,6 e 33% para o conjunto de pesquisadores. A evolução foi então muito mais acelerada do



Fonte: Ministère de l'Éducation, Enseignement Supérieur et Recherche, Gestion des emplois et des personnels de l'enseignement supérieur (GESUP), Direction Générale des Ressources Humaines (DGRH), Départements A1-1 e Systèmes d'Information de Suivi des Étudiants (SISE), Direction générale de l'enseignement supérieur et de l'insertion professionnelle (DGESIP), Direction générale de la recherche et de l'innovation (DGRI). Dados coletados por Éric Brun como parte do projeto International Cooperation in the Social Sciences and Humanities (INTERCO-SSH).

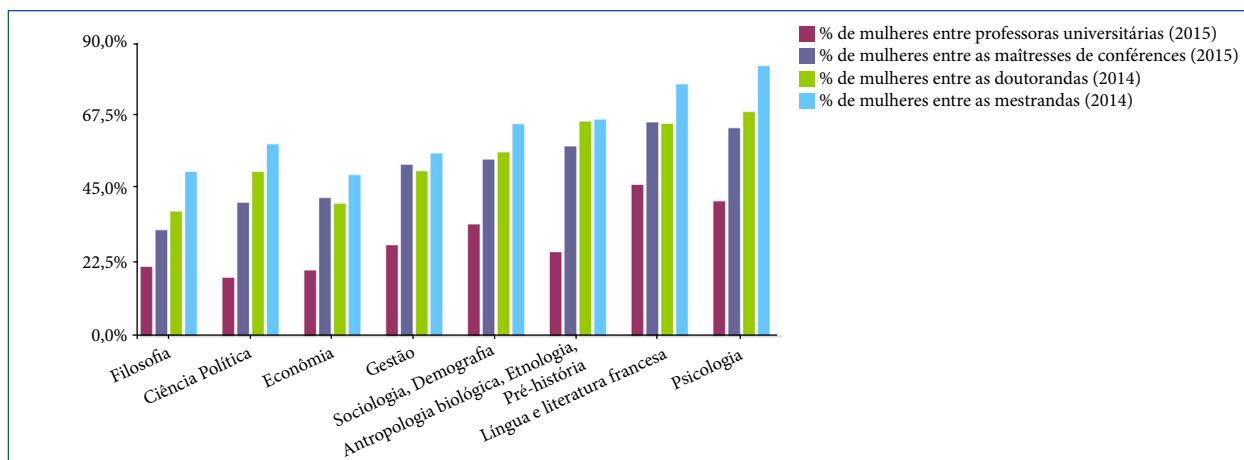
Figura 1. Porcentagem de mulheres no corpus de professoras universitárias.

que para o CNRS no seu conjunto, onde, desde 1991 — data na qual o centro atingia 30,1%, a porcentagem de mulheres pouco cresceu.

Essas progressões podem levar a pensar que se trata de uma evolução linear que refletiria o acesso das mulheres à escolarização, entretanto tal leitura seria superficial, e não sociológica. Os números mostram, primeiramente, a porção desigual de mulheres em diferentes disciplinas, segundo a distribuição encontrada no Reino Unido na mesma época, para os índices equivalentes aproximados: de 25% em filosofia a 60% em psicologia. Em 2013–2014, a sociologia contava com pouco menos de 50% de mulheres e a economia 28% (contra 17% em 1998) (Morgan, 2019)⁹. A diferença dos *sex ratios* entre as disciplinas é observada de modo comparado com a posição das professoras na França com alhures: em 2014, nas universidades alemãs, a fração de professoras mulheres variava de 14% na economia e 19% na filosofia a 42% na literatura alemã. Entre França e Alemanha, a diferença estabilizava-se em 29% em ciência política, 35% em psicologia, e 38% em sociologia (Düller; Fleck; Schögler, 2019). Essa distribuição desigual corresponde igualmente à morfologia comparada das populações estudantis segundo as disciplinas¹⁰.

As curvas ocultam, além disso, a eliminação progressiva das mulheres a partir do mestrado, passando de 50% de mulheres no mestrado para 20% entre professoras de filosofia e de 65% de mestrandas para 34% entre as professoras de sociologia em 2014–2015, momento no qual a feminização das ciências humanas e sociais já avançou e a proporção de *maîtresses de conférences* em sociologia é ligeiramente superior à de *maîtres de conférences* nessa mesma disciplina (Fig. 2).

A estrutura de gênero do mundo acadêmico se tornaria ainda mais evidente se fosse mostrada a pirâmide invertida do ensino e da pesquisa, desde as funções subalternas de secretárias e assistentes, muito feminizadas, até as posições mais elevadas, que são mais masculinas. É necessário, ainda, sublinhar que a feminização das posições de professores, *directeurs de recherche*, orientadores de doutorado¹¹ e diretores de centros é um fenômeno relativamente recente que resulta da implementação de diretivas da comunidade europeia nesse domínio, no fim dos anos 1990¹². Essa evolução deve-se a uma política voluntarista implementada nos Estados e que é traduzida por recomendações explícitas¹³. Na França, até o fim dos anos 1990, havia apenas duas mulheres professoras de ciência política, enquanto no Reino Unido elas representavam somente 4% das professoras de economia¹⁴.



Fonte: Ministère de l'Éducation, Enseignement Supérieur et Recherche, Gestion des emplois et des personnels de l'enseignement supérieur (GESUP), Direction Générale des Ressources Humaines (DGRH), Départements A1-1 e Systèmes d'Information de Suivi des Étudiants (SISE), Direction générale de l'enseignement supérieur et de l'insertion professionnelle (DGESIP), Direction générale de la recherche et de l'innovation (DGRI). Dados coletados por Éric Brun como parte do projeto International Cooperation in the Social Sciences and Humanities (INTERCO-SSH).

Figura 2. Fração de mulheres entre professoras, *maitresses de conférences*, doutorandas e mestrandas em ciências humanas e sociais na França (2014, 2015).

A fração variável de mulheres segundo as disciplinas é explicada por algumas tendências *naturais* — as humanidades seriam mais afeitas às mulheres, já as ciências aos homens. Esses estereótipos foram questionados por pesquisas sociológicas que apontaram que tal divisão de gênero não considerava tais competências como naturais, mas como mecanismos sociais (Baudelot; Establet, 1992). Mas mesmo as tentativas de sociologizar essas escolhas diferenciadas (entre, por exemplo, coisas materiais e coisas humanas, como afirmam Mauger e Soulié, 2001) não resistem a uma perspectiva histórica.

Quando as humanidades clássicas estiveram no topo da hierarquia escolar, no século XIX, elas eram monopólio dos homens da burguesia, e somente eles aprendiam grego e latim. Na França, o setor científico dito moderno foi aberto para as crianças das classes médias e integrado aos currículos que davam acesso ao *baccalauréat* pela reforma de 1902, a qual oferecia como opção ciência-línguas vivas (assim, sem o latim), desencadeando uma grande polêmica (Bompaire-Evesque, 1988; Sapiro, 2004). A inversão da hierarquia das disciplinas que colocou as ciências naturais como as mais prestigiosas é mais tardia e foi concluída nos anos 1960, momento no qual as humanidades começaram a se feminizar no ensino superior à medida que os colégios para meninas passaram a permitir a opção que levava ao *baccalauréat*, a partir de 1924, como já destacado anteriormente. Todavia, o início da feminização do ensino superior foi descontinuado pelas reformas implementadas pelo regime de Vichy.

Ainda assim, algumas disciplinas são mais feminizadas do que outras no seio das ciências humanas e sociais. Embora essa divisão pareça se apoiar na oposição entre as disciplinas mais científicas (como a economia) e as mais literárias (como os estudos de letras), tal polaridade tampouco se sustenta, pois a filosofia é mais masculina, enquanto a psicologia, considerada mais *científica*, é mais feminizada¹⁵. Sem a pretensão de resolver a questão das orientações disciplinares, pode-se detectar, nessa última constatação, a expressão de uma oposição entre teoria e empiria, outra polarização de gênero que remete, ainda mais para as tendências *naturais*, à divisão sexual do trabalho intelectual e aos benefícios simbólicos associados à teoria — tal como veremos a diante.

Para compreender plenamente os desafios da feminização do ensino superior e da pesquisa na França, é necessário acrescentar que ela caminha *pari passu* com a introdução, no seio da universidade, do *new public management*, que aumentou as tarefas de gestão e de *reporting* (segundo o termo empresarial usual),

fazendo com que os postos de secretariado e de apoio à pesquisa fossem reduzidos. As direções de centro e de departamentos se tornaram atividades mais morosas e menos atrativas para os homens. Muitos deles, por consequência, preferiram concentrar-se em seus trabalhos científicos e nos editais de financiamento de projetos — mesmo nos projetos europeus Humanities in the European Research Area (HERA), reservados às humanidades, e apesar da política explícita do *gender mainstreaming*, 60% das líderes dos projetos de 2010 a 2022 foram homens, contra 40% de mulheres (Sofaer et al., 2023, p. 41) —, num contexto em que a produtividade é medida e o montante de financiamentos obtido contabilizado pelas instâncias de avaliação. As novas condições de trabalho provocaram um aumento no volume de horas de ensino e de trabalho administrativo, porém os vencimentos não foram revalorizados, contribuindo para a desvalorização social do ensino superior, que alguns atribuem — erroneamente — à feminização (Cacouault-Bitaud, 2001).

No que concerne ao desenvolvimento das carreiras e as promoções, é necessário considerar os mecanismos de autoeliminação¹⁶. Consta-se que, entre 2009 e 2015, na França, as candidatas tinham mais chances do que os homens de serem qualificadas e de obter um cargo de professora de sociologia, mas apresentavam-se em menor número. Olivier Martin (2016, p. 57) concluiu: “A seleção e a desigualdade de gênero não ocorrem no momento do concurso, mas no caminho que leva até ele”¹⁷. É, de fato, na etapa de constituição e de preparação do dossiê de habilitação para *diriger des recherches* (HDR)¹⁸ que se aprofunda a diferença entre as carreiras femininas e masculinas (Chenu; Martin, 2016). Quanto ao avanço no quadro de professoras, as mulheres têm 50% menos chance de alcançá-lo do que os homens (Chenu; Martin, 2016, p. 59).

Da mesma forma, no início dos anos 2000, a média de idade de entrada no quadro de *directeurice de recherche*, considerando todas as sessões e o conjunto de departamentos, indicava uma diferença de 10 anos de idade entre homens (45 anos) e mulheres (55 anos). Naquele ano, 142 homens foram recrutados como *directeurices de recherche de deuxième classe* (DR2)¹⁹, contra 52 mulheres; e 63 haviam sido promovidas a *directeurices de recherche de première classe* (DR1), contra 14 mulheres; 19 alcançaram o nível de *directeurices de recherche de classe exceptionnelle au premier échelon* (DRCE1) contra cinco mulheres; e 14, o nível de *directeurices de recherche de classe exceptionnelle au deuxième échelon* (DRCE2) contra nenhuma mulher²⁰. Ainda em 2000, as mulheres representavam 34,3% de *chargées de recherche de deuxième classe*²¹, 37% de *chargées de recherche de première classe*²², mas apenas 23,3% de DR2, 12,9% de DR1 e 8,3% de DRCE. A situação evoluiu desde então, mas, com a obrigatoriedade da HDR para participar do concurso de DR2 no CNRS, uma nova barreira foi recriada. Igualmente, as disparidades permanecem significativas nas promoções internas no nível DR²³, no conjunto das sessões: 156 homens contra 66 mulheres foram promovidos para DR1 em 2022; 89 contra 39 a DRCE1; e 44 contra 19 a DRCE2. No caso da passagem de DR2 a DR1, bastante seletiva, as mulheres foram proporcionalmente menos numerosas que os homens entre as promovidas (33% contra 38%). Ainda assim, seus índices de sucesso foram superiores (33% contra 28%), possivelmente em razão da política institucional de promoção de mulheres, ou por elas apresentarem dossiês mais consolidados no momento da candidatura (CNRS, 2024).

Passamos agora à apresentação da visibilidade internacional de mulheres, primeiramente por meio do caso da ISA e, na sequência, da tradução de livros.

A Posição das Mulheres nas Instâncias Internacionais: O Caso da Associação Internacional de Sociologia

Apesar da participação das mulheres desde o primeiro congresso da ISA, em 1950, não havia praticamente presença feminina até 1970 entre os membros do comitê executivo ou nos comitês diretores de *research committees* (RC). As poucas ocorrências foram as seguintes: uma mulher fez parte do comitê

executivo em 1974, outra foi secretária do RC de sociologia psiquiátrica, e uma terceira integrou o comitê diretor do RC da pobreza, do bem-estar social e da política social em 1968 (Sapiro, 2023a).

Mesmo nos anos 1970–1980, os membros do conselho administrativo dos RCs eram compostos de poucas mulheres, à exceção do RC Mulheres na Sociedade, que foi fundado em 1973 sob o título Papéis de Gênero por um grupo de sociólogas mulheres e que não atraiu praticamente nenhum homem. No RC Família, uma mulher participou do comitê diretor em 1970, e o número de mulheres aumentou, ultrapassando o de homens, depois de 1990. O comitê diretor do RC Educação contava com duas mulheres em 1971, e o RC Lazer, com três mulheres em 1974.

Em 1984, Else Øyen (da Noruega) reivindicou a maior representação feminina na reunião do comitê de preparação do programa do congresso e, juntamente com Stella Quah (de Singapura), apoiou uma moção visando encorajar as organizadoras de sessões a convidarem universitárias do Terceiro Mundo e mulheres acadêmicas para apresentarem comunicações no XI Congresso Mundial. A moção foi ampliada a outros grupos desfavorecidos a fim “de assegurar a maior representatividade possível de comunidade sociológica no seu conjunto”²⁴. Entre as mulheres que integravam o comitê do programa, havia a britânica Margaret Archer, que seria eleita no XII congresso de 1986 a primeira presidenta da ISA. Foi necessário esperar até 2014 para que uma segunda mulher fosse eleita: a indiana Margaret Abraham, militante feminista, trabalhando nos Estados Unidos.

Para as pesquisadoras do sul global, essa evolução foi resultado de uma política voluntarista que visava corrigir os vieses cognitivos a favor dos homens brancos ocidentais e as assimetrias geoculturais e de gênero, produzidos pelas relações desiguais de força no centro do campo disciplinar global, política que foi ela mesma fruto de uma luta do RC Mulheres na Sociedade e que demorou para produzir efeitos.

A feminização dos comitês diretores dos RC também foi desigual e estreitamente correlacionada às especializações muito marcadas pelo gênero (mulheres, família, educação, lazer *versus* política, direito)²⁵. Foi somente em 1990 que uma mulher integrou o comitê diretor do RC Sociologia do Direito, e só houve uma até 2006, quando o número de mulheres começou a aumentar e que uma francesa se tornou presidenta. No RC Sociologia Política, a primeira mulher apareceu em 1994, enquanto no de Estratificação havia somente uma mulher, oriunda da Noruega, até 1990, quando uma australiana se juntou ao grupo, seguida em 1994 de uma taiwanesa, possibilitando que o número de mulheres se aproximasse do de homens em 2010.

Esse aumento na representação das mulheres nos comitês diretores dos RC é, portanto, um fenômeno muito recente, das duas últimas décadas, que reflete a feminização da disciplina e seu respectivo acesso aos postos mais elevados no mundo universitário (professoral e *leadership* acadêmica). Um exemplo é o terceiro fórum, que aconteceu em Viena, Áustria, em 2016, no qual mais da metade (56%) das participantes inscritas (n = 4.231) era mulher. É provável também que a ISA tenha seguido o modelo das associações americanas e britânicas, nas quais as mulheres militantes desde os anos 1970 puderam ser mais bem representadas em suas atividades e governança (Platt, 2003).

Todavia, a parte desigual das mulheres entre as participantes inscritas nos RCs no congresso de 2014 demonstra a persistência da especialização por gênero. Os RCs que contavam com menos de 40% de participantes mulheres inscritas foram: Sociologia do Direito (39%), das Organizações (39%), das Forças Armadas e dos Conflitos (39%), da Pesquisa Comunitária (39%), da Sociologia Comparada (33%), da Teoria Sociológica (32%), da História da Sociologia (30%), da Análise Conceitual e Terminológica (20%), da Escolha Racional (20%) e da Sociocibernética (25%). Os RCs que contavam com mais de 60% tinham como temáticas o corpo (63%), a saúde (64%), o envelhecimento (64%), as migrações (64%), a biografia (70%), a sociologia visual (72%), a família (75%), a infância (78%) e Mulheres, Gênero e Sociedade (85%). A distribuição está, então, fortemente ligada à divisão social do trabalho entre as profissões de cuidado e as profissões dirigentes,

mas também na divisão do trabalho científico, entre teoria e pesquisa empírica, bem como entre metodologias (quantitativas *versus* qualitativas) e abordagens (escolha racional *versus* biografia).

Essas assimetrias de gênero não são observadas somente no nível das posições de direção e de temáticas, mas de modo mais flagrante no nível das sessões plenárias e semiplenárias dos congressos mundiais, que são cruciais para a circulação de ideias, de conceitos e de teorias, bem como para a determinação de questões da agenda da disciplina.

A feminização de sessões plenárias e semiplenárias foi ainda mais lenta que aquelas dos comitês dos RC; ela não ultrapassou 10% nos anos 1980. Essa situação evoluiu nos anos 1990, todavia, apesar das recomendações do comitê do programa, que desde 1993²⁶ tem incentivado explicitamente os organizadores das sessões a estarem atentos à representação feminina e à diversidade geográfica das conferencistas convidadas, as cifras estagnaram-se em torno de 30%.

Além disso, uma assimetria subsiste entre as temáticas, pois as sessões sobre gênero, introduzidas sob a pressão de feministas, são mais feminizadas. A assimetria também é flagrante na divisão do trabalho intelectual entre teoria e pesquisa empírica. Por exemplo, no congresso de 1998 em Montreal, Canadá, quando a ISA celebrou 50 anos, foram organizados seis simpósios, sendo o primeiro o mais teórico, intitulado Identidades Cambiantes e Ordem Social, coordenado por Piotr Sztompka e Claus Offe. Os estadunidenses dominaram largamente esse simpósio, com 12 pesquisadores, os demais advinham do Reino Unido (dois), da Alemanha (dois), da Itália (um), do Canadá (dois), da Índia (um) e do Egito (um). Nenhuma mulher foi convidada. O simpósio mais diversificado foi Desenvolvimento Desigual: Causas e Consequências, coordenado por Samir Naim-Ahmed (Egito) e Kokichi Shoji (Japão), abordando o modelo centro/periferia com três universitários do Japão e um da Argentina, um do Brasil, um do Egito, um da Itália, um da Coreia, um do México, um de Portugal, um da Rússia, um da Espanha, um dos Estados Unidos e um da Venezuela. Somente três mulheres participaram dele, enquanto elas foram mais representativas no simpósio sobre a qualidade da vida moderna (10 de 16 — foi o único simpósio em que elas ultrapassaram a presença masculina), presidido por duas mulheres.

Nas discussões do comitê diretor da ISA, argumentou-se que a promoção de pesquisadoras de países do sul impediria a feminização, no entanto isso não se confirmou na minha pesquisa, pois a presença das mulheres é muito variável entre os países, tanto do norte quanto do sul²⁷; elas são muito bem representadas entre os membros das Filipinas (mais de 60%), da Índia e do Brasil. Ainda, as indianas e as brasileiras desempenharam um papel importante nas lutas pela feminização e diversificação geográfica das plenárias. Margaret Abraham, de origem indiana, como vimos, também foi importante na defesa dessa tendência.

A desigualdade atingiu seu ápice com o Prêmio Mattei Dogan de sociologia, que foi outorgado três vezes, baseado na nomeação de um comitê de pesquisa. O primeiro laureado foi Neil Smelser (2002), o segundo Alain Touraine (2006) e o terceiro Jeffrey Alexander (2010) — três homens, dois americanos e um francês. Esse prêmio foi abolido em seguida. Em 2014, a ISA criou um prêmio de excelência pela prática da pesquisa, que foi concedido ao antigo presidente da ISA, Immanuel Wallerstein. Em 2018, o prêmio contemplou Nira Yuval-Davis, da University of London, do Reino Unido, especialista nas relações entre gênero e nação, refletindo assim a tendência à feminização da ISA. No congresso de Melbourne, Austrália, cuja realização foi adiada em função da pandemia de Covid-19, o prêmio foi atribuído a Raewyn Connell, mulher trans cujos trabalhos versam sobre as masculinidades e as desigualdades epistemológicas entre países do norte e do sul.

As desigualdades são igualmente visíveis nas sessões “Autor encontra críticos”, em que um livro recentemente publicado é apresentado a um público internacional de sociólogos. Os nomes propostos para essa sessão compreendem poucas mulheres: a última presidenta, Margaret Archer, foi convidada em 2006;

Saskia Sassen foi sugerida para o congresso de 2010; e dois nomes de seis, de Raquel Gutiérrez e Kalpana Kannabiran, foram mencionados no congresso de 2014, momento no qual a necessidade de feminizar a seleção estava mais consciente.

Para que um livro fosse apresentado na ISA, era necessário, até recentemente, que ele estivesse em inglês, no entanto a tomada de consciência sobre as desigualdades diante da língua inglesa conduziu à modificação dessa regra, suscitando o questionamento sobre quais são as condições de acesso à tradução e quais são as condições de internacionalização para as pessoas que não escrevem diretamente nessa língua.

O Acesso Desigual à Tradução

Os homens têm significativamente mais chances de verem seus livros traduzidos do que as mulheres. Os livros escritos por mulheres representam apenas 12% dos títulos de ciências humanas e sociais versados para o francês entre 2003 e 2013 de três línguas, o inglês, o alemão e o italiano, que são as línguas mais traduzidas nesse domínio (Sapiro, 2023b). Considerando as traduções do alemão, a parcela fica mais baixa: 5,7 contra 13,4% para o inglês e 14,6% para o italiano. Essa porcentagem melhora ligeiramente quando nos concentramos nas autoras contemporâneas ainda vivas no ano de 2003.

Se considerarmos os livros traduzidos do francês para o inglês na mesma época (2002–2012), a porcentagem gira em torno de 15%, com uma variação para os Estados Unidos (17%), país que mais demanda escritos de mulheres, e o Reino Unido (11%) (Sapiro, 2014). A metade eleva-se a 20% para os autores contemporâneos. Essa porcentagem permanece significativamente mais baixa do que na literatura: um quarto (25%) dos livros traduzidos do francês nos Estados Unidos nos anos 1990 foram escritos por mulheres, porcentagem que atingiu um terço (33%) entre as autoras contemporâneas (Sapiro, 2015; 2024a; 2024b).

Tais resultados deveriam ser comparados à razão de publicações de homens e de mulheres na língua de origem, dados que infelizmente não estão disponíveis. Entretanto, considerando o fato de que mulheres representam de 27 a 45% de *enseignantes-chercheuses* na França em ciências sociais e humanas, parece plausível compreender que elas são sub-representadas na circulação internacional de livros traduzidos, ainda que elas sejam vistas como menos *produtivas* no número de publicações.

Mesmo que o índice de tradução de livros escritos por mulheres pareça baixo, ele indica, no entanto, um início da presença feminina na paisagem intelectual da Europa, o que constitui uma das consequências positivas da hegemonia estadunidense. Ao lado da redescoberta de uma autora como Rosa Luxemburgo e da canonização de Hannah Arendt, observa-se um fenômeno de *reciclagem* de traduções, principalmente nos estudos de gênero (domínio que se institucionalizou na França em atraso quando comparado aos Estados Unidos), com, por exemplo, a tradução em francês de *Feminism unmodified: discourses on life and law*, da jurista feminista Catharine MacKinnon duas décadas depois de sua publicação na Harvard University Press, em 1987 (MacKinnon, 2005).

Entre as razões para essa desigualdade entre homens e mulheres, é necessário mencionar a divisão de trabalho, já evocada, entre teoria e empiria. Os autores mais traduzidos são os teóricos, porém a única mulher que tinha mais de dois títulos traduzidos em inglês no período considerado é Hélène Cixous (Julia Kristeva também é uma autora de referência cujos livros são sistematicamente traduzidos para o inglês, além do período estudado, ou seja, 2003–2013). Da mesma forma, para o francês, são as teóricas de estudos de gênero, principalmente Judith Butler, as mais traduzidas.

Dito isso, a propensão de se enfatizar a dimensão teórica de certos trabalhos parece ela mesma ser uma questão de gênero: as pesquisadoras são menos citadas por suas contribuições teóricas que pela

abordagem empírica de seus trabalhos, enquanto os estudos empíricos publicados por homens servem com frequência de modelo e ganham assim a dimensão da teorização na transferência intercultural (Bourdieu, 2023). Desde o período estudado, a situação, no entanto, pouco evoluiu em certos domínios, ainda que o livro de Pascale Casanova *Le République mondiale des Lettres* (1999) tenha se tornado uma obra de referência na literatura comparada, e seus livros tenham sido traduzidos, exceto o último, *La langue mondiale* (embora Harvard University Press, a mais prestigiosa das editoras universitárias, tenha se limitado a *The World Republic of Letters*).

A tradução é também uma condição para acessar o cânone (inter)disciplinar, que abordo para finalizar.

Como Desmasculinizar o Cânone de Ciências Sociais?

Alvo de críticas dos *gender studies* e dos *race studies* pelo viés que favorecia homens brancos ocidentais, o cânone literário e artístico tem sido objeto de críticas e revisões que se estendem da universidade ao espaço público, dos Estados Unidos à Europa. Mais fácil nos domínios em que não havia requisitos formais de entrada nem formação específica, como a literatura, o que permitiu que muitas mulheres se tornassem escritoras com nomes próprios ou pseudônimos (Planté, 2015)²⁸, essa revisão é mais complexa nas artes plásticas, nas quais muitas carreiras femininas foram interdidadas. O exemplo paradigmático, embora extremo, é o da escultora Camille Claudel, internada num hospital psiquiátrico, enquanto inúmeras de suas obras eram atribuídas a seu amante Auguste Rodin²⁹.

Como resultado da dificuldade, possivelmente em decorrência da impossibilidade de alcançar a carreira universitária, contamos com poucas mulheres no cânone das ciências humanas. Podemos citar Margaret Mead e, em menor medida, Germaine Tillion na antropologia, mas quem se lembra de Dina Dreyfus, a esposa de Claude Lévi-Strauss (Bonnet, 2022)? Além dos estudos de gênero, cujas principais autoras de referência são mulheres, é nos estudos literários que as encontramos em maior número. No cânone filosófico, as mulheres entram recrutadas a conta-gotas e pelas margens — a crítica do capitalismo (Rosa Luxemburgo, Simone Weil, Agnès Heller), a filosofia da moral (Hannah Arendt e, mais recentemente, Martha Nussbaum), a filosofia analítica (Elizabeth Anscombe), os estudos de gênero (depois de *Le deuxième sexe*, de Simone de Beauvoir, Judith Butler, Hélène Cixous), a literatura (María Zambrano). Uma das raras mulheres titulares de um posto universitário antes da guerra, exilada no México, María Zambrano conquistou uma posição em 1939 após ter lecionado filosofia na Espanha. Ela começou a ser traduzida tardiamente (em 1987 na França) por pequenas editoras, como a Éditions de l'éclat e após sua morte, em 1991, pela Éditions des Femmes e José Corti, antes de conhecer uma forma de canonização ainda menor.

Apesar da refeminização da sociologia estadunidense no pós-guerra, nenhuma mulher foi incluída no cânone sociológico. Em 1998, a ISA organizou uma eleição entre seus membros para estabelecer uma lista dos dez livros mais importantes em sociologia. Essa lista, no fim, não contava com nenhuma obra escrita por mulheres. O movimento recente de revisão do cânone, considerado como enviesado em favor dos homens brancos ocidentais, conduziu ao redescobrimto de W. E. B. Du Bois e de Ibn Khaldun, aos quais foram dedicadas sessões de semiplenárias da ISA, mas nenhuma mulher foi mencionada. Em 1991, Susan Hoecker-Drysdale chegou a dedicar uma biografia à “primeira socióloga mulher”, Harriet Martineau (Hoecker-Drysdale, 1991; Hill; Hoecker-Drysdale, 2014), mas isso não foi o suficiente para torná-la uma autora canônica.

Não faltam autoras de referência em sociologia, ao menos desde os anos 1970, mas elas permanecem em áreas específicas de especialização. É o caso de Magali Sarfatti Larson na sociologia das profissões. Seu livro *The rise of professionalism*, publicado em 1977 pela editora da Universidade da Califórnia, nunca foi

traduzido para o francês, porém raros são os livros traduzidos do inglês nessa área. Ela é, de todo modo, menos citada do que especialistas masculinos como Freidson ou Abbott. É ainda o caso de Annette Lareau (2024) na sociologia da educação. Seu livro de referência, *Enfances inégales: classe, race et vie de famille*, publicado em 2002, foi traduzido na França pela editora da École Normale Supérieure de Lyon. Nós podemos também citar Viviana Zelizer (2005) na sociologia econômica. Seu livro *La signification sociale de l'argent* foi traduzido pela Éditions du Seuil na coleção “Liber”. Ou ainda Raymonde Moulin na sociologia da arte, cujo livro *The French art market* foi publicado em inglês em 1987 pela editora da Rutgers University.

Alguns desses domínios, como a sociologia da arte ou da família, foram marginalizados pelo campo disciplinar por muito tempo, o que remete à hierarquia das especialidades e à sua articulação com a divisão de gênero do trabalho científico, mencionadas anteriormente. Entre eles, está a sociologia das emoções, que fora também um domínio muito marginal, explorado por sociólogas mulheres como Arlie Hochschild e Eva Illouz, que ganhou importância na contemporaneidade — Eva Illouz é talvez a socióloga mais traduzida (em 25 línguas). Da mesma forma, os estudos de gênero, que foram marginalizados na disciplina de sociologia, conquistaram legitimação, especialmente o livro já citado *Masculinités*, de Raewyn Connell (que seguiu a orientação de ser mulher).

O prêmio da ISA marcou uma etapa importante na consagração do trabalho de Connell, pavimentando o acesso à canonização. Connell beneficiou-se da virada ocorrida na sociologia estadunidense (que ocupa uma posição dominante no campo) em favor de um melhor reconhecimento das presenças subalternas na pesquisa — mulheres, racializadas e pesquisadoras provenientes dos países do sul —, virada que também se observou no seio da associação em 2014, durante a presidência de Margaret Abraham.

Além do investimento em domínios considerados marginais ou menos valorizados e da aproximação ao trabalho empírico mais do que ao teórico, agrega-se ainda o fato de que as mulheres são menos citadas — e mais raramente em textos teóricos³⁰ —, o que as exclui do cânone.

Conclusão

Reivindicado pelas feministas desde os anos 1970, o reconhecimento da contribuição de mulheres nas ciências humanas e sociais, no passado e no presente, é um fenômeno relativamente recente, que resulta de uma política voluntarista implementada no fim dos anos 1990 e cujos efeitos variam conforme as disciplinas, mas também as tarefas por elas desempenhadas. Se as mulheres são vistas como mais confiáveis nas tarefas de gestão de ensino e de pesquisa numa configuração em que essas atividades são intensificadas e complexificadas, os homens beneficiam-se ainda de um reconhecimento simbólico superior quanto à sua produção científica, o que mantém não apenas os mecanismos de autoeliminação das mulheres no curso do reconhecimento, porém igualmente o fato de que elas são menos citadas (sobretudo no plano teórico) e menos traduzidas.

Além disso, essa política continua a enfrentar fortes resistências e obstáculos, que podem ir do desprezo à exploração (por exemplo, o trabalho de coordenação para a preparação de um livro coletivo, frequentemente confiado às mulheres sem que elas sejam reconhecidas como coorganizadoras do volume) e à apropriação de seu trabalho (tipicamente vinculada a materiais empíricos recolhidos por mestradas, doutorandas ou jovens pesquisadoras empregadas em contratos precarizados, às vezes com o nome exclusivo do mandarim; uma forma de exploração da qual as mulheres não são as únicas vítimas, mas à qual estão com maior frequência sujeitas do que os homens; ou, ainda, para as pesquisadoras mais estabelecidas, a apropriação de contribuições teóricas sem a citação da fonte ou com citações marginais, prática que também ocorre entre

as mulheres de maneira mais ou menos consciente), chegando até a intimidação, sobretudo nas situações em que as mulheres ocupam as posições subalternas. Trata-se, portanto, da luta pelo reconhecimento, que está longe de ser alcançado.

Quanto à revisão do cânone, ela está mais avançada nos campos literários e artísticos do que nas ciências humanas e sociais. Pois, mesmo que as dificuldades de acesso das mulheres aos estudos e à publicação as tenham excluído ou marginalizado por muito tempo no campo científico, suas contribuições para a produção de conhecimentos de fato existiram, como finalmente começamos a descobrir, e não é menos importante reconstituir os mecanismos de sua eliminação da história das ciências humanas e sociais, um empreendimento para o qual procurei lançar algumas bases neste artigo. Tal abordagem permite reformular a suposta oposição entre excelência e representatividade estatística, questionando antes os vieses cognitivos e os preconceitos em favor dos homens, bem como os obstáculos impostos ao pleno reconhecimento da contribuição das mulheres (Sapiro, 2025).

Notas

1. A tradução do artigo do francês para o português foi realizada pela doutora em Sociologia e Ciência Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) Treicy Giovanella, bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) de pós-doutorado (processo nº 2023/13821-4) no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), e-mail: treicy.gs@gmail.com. A revisão técnica foi feita por Débora Mazza (Universidade Estadual de Campinas/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq/Fapesp), e-mail: dmazza@unicamp.br, e Afrânio Mendes Catani (USP/CNPq), e-mail: amcatani@usp.br.
2. Faço uso do feminino universal em itálico, mais fluido do que os pontos separadores (o-a), tal como proposto por Godechot e Sapiro (2021).
3. Nota da tradução: O *bac* ou *baccalauréat* é um exame nacional realizado na França no fim do ensino secundário (liceu), conferindo um diploma que qualifica para o ingresso na educação superior ou no mercado de trabalho, sendo internacionalmente reconhecido.
4. Ver Francine Muel-Dreyfus (1996). Nota da tradução: O governo de Vichy foi um regime francês colaboracionista que governou a França na Segunda Guerra Mundial, de 10 de julho de 1940 a agosto de 1944, sob a liderança do marechal Philippe Pétain. Recebeu esse nome por ter sua sede na cidade de Vichy e era oficialmente conhecido como Estado francês. O regime de Vichy aboliu a Terceira República, substituiu o *slogan* Liberdade, Igualdade e Fraternidade por Trabalho, Família e Pátria e colaborou ativamente com a Alemanha nazista, incluindo na organização da deportação de judeus para os campos de extermínio.
5. Nota da tradução: *maître de conférences* é um cargo iniciante de professor assistente permanente com estabilidade nas universidades públicas francesas, conquistado por meio de concurso público. Nesse posto, o professor podia ministrar aulas e orientar trabalhos de graduação e de mestrado, além de desenvolver atividades de pesquisa. Nos casos em que não exista correspondência direta entre o cargo no sistema universitário francês e no Brasil, optei por manter o termo no original.
6. Nota da tradução: o cargo de *maîtresse-assistante* (ou *maître-assistant*) existiu no sistema universitário francês até o início da década de 1980, quando foi substituído pelo termo *maître de conférences*. Trata-se de um cargo permanente

de docente-pesquisador de nível intermediário, correspondente ao início da carreira universitária, no qual o professor podia ministrar aulas e orientar trabalhos de graduação, além de participar de atividades de pesquisa e, em alguns casos, coorientar trabalhos na pós-graduação.

7. Nota da tradução: *professeures* corresponde ao professor universitário brasileiro em regime de dedicação integral.
8. Os dados sobre a França foram coletados por Éric Brun no âmbito do projeto europeu International Cooperation in the Social Sciences and Humanities (INTERCO-SSH).
9. Na Suécia, entre os professores, são as economistas as menos feminizadas (6% em 2011) e as antropólogas as mais (50%), seguidas pelas docentes de letras (34%), depois pelas sociólogas (26%) e pelas psicólogas (25%). A proporção de mulheres é de 22% entre as professoras de ciência política e de 15% entre as filósofas (Dalberg; Börjesson; Broady, 2019).
10. Ver, por exemplo, para o caso da França em 1998 Mauger e Soulié (2001) e para os anos de 2007–2008 Renisio (2015).
11. Nota da tradução: optei por traduzir a posição de *directeurs de thèse* pelo termo orientador de doutorado.
12. A política igualitária na matéria de gênero foi adotada no Congresso Mundial sobre Mulheres em Nairóbi, Quênia, em 1985 e se constituiu em estratégia por meio da Beijing Platform for Action, adotada no IV Congresso Mundial das Nações Unidas sobre Mulheres em Pequim, China, em 1995. Em 1998, o Conselho da Europa recomendou que a igualdade de gênero fosse incorporada em todas as políticas públicas.
13. No CNRS as carreiras de mulheres foram objeto de atenção e monitoramento mediante o acompanhamento com base em dados estatísticos produzidos no Bilan social a partir de 1998. Além disso, na banca do Institut Universitaire de France Junior, da qual fiz parte em 2004–2005, foi expressamente recomendada a promoção de mulheres. Os projetos europeus compreendem a *gender assesment*, e a adoção de planos de igualdade de gênero se tornou obrigatória para a obtenção de financiamento em 2022. A Comissão Europeia incentiva, além disso, desde 2013, a introdução do sexo e do gênero como prisma analítico nos projetos de pesquisa.
14. Na França, os baixos índices de mulheres eram justificados nessas duas disciplinas pela barreira social que constituía a agregação do ensino superior para as mulheres, mas essa explicação era insuficiente, pois, por um lado, tal barreira não existia fora da França, onde encontrávamos um *sex ratio* semelhante, como já demonstrado; e, por outro, as mulheres não apresentaram nenhuma dificuldade em superar tais testes depois que se engajaram com firmeza nessas carreiras, no fim dos anos 1990.
15. Yann Renisio (2015) demonstra o peso da origem social das estudantes, que se combina ao *sex ratio* e ao capital escolar, para explicar a hierarquia das disciplinas.
16. As feministas têm questionado alguns critérios de excelência que privilegiam as carreiras masculinas.
17. Para um balanço anterior, ver Alain Chenu (1998; 1999). O autor também mostra uma diferença etária de homens (entre 40 e 55 anos) e mulheres (entre 51 e 60 anos) na qualificação para o cargo de professor.
18. Nota da tradução: a *habilitation à diriger des recherches* (HDR) é um diploma obtido após a defesa da tese de doutorado que permite ao professor orientar teses e se candidatar a uma cátedra (segundo o modelo alemão). O candidato deve submeter novo projeto de pesquisa, volume de artigos escritos após a tese, memorial resumindo sua carreira e realizar defesa pública. Optei por manter o termo no original.

19. Nota da tradução: o cargo de *directeurice de recherche de deuxième classe* (DR2) é um posto permanente de pesquisa do CNRS e representa o primeiro nível na categoria dos *directeurs de recherche*, que corresponde à etapa sênior da carreira científica dos grandes organismos públicos de pesquisa franceses. O cargo de *directeurice de recherche de première classe* (DR1) é o nível hierárquico imediatamente superior. Já os cargos de *directeurices de recherche de classe exceptionnelle* em seus dois níveis — *premier échelon* (DRCE1) e *deuxième échelon* (DRCE2) — se referem aos postos mais altos da carreira, sendo o posto de *directeurice de recherche de classe exceptionnelle* (DRCE) o último nível e o mais prestigioso. Cada promoção depende de candidatura, apresentação de produções de pesquisa, avaliação e defesa pública.
20. *Bilan social* do CNRS para ano 2000.
21. Nota da tradução: *chargé de recherche de deuxième classe* é a primeira posição que se obtém quando se passa no concurso de recrutamento do CNRS. Equivale à posição de professor e obtém-se estabilidade depois de um ano de trabalho.
22. Nota da tradução: *chargé de recherche de première classe* é o segundo nível no corpo de CNRS que é alcançado por promoção com base na inscrição.
23. Nota da tradução: *Directeur de recherche*.
24. Ata da reunião do comitê de preparação do programa do congresso, de 1984, dos arquivos ISA.
25. A coleta de dados sobre os comitês foi realizada por Alihan Mestci.
26. No congresso de 1990, o RC 32 Mulheres na Sociedade votou uma moção criticando o modo de organização das semiplenárias. O RC repreendeu o comitê responsável pelo programa por não ter dedicado nenhuma sessão às questões de gênero. O comitê recomendou que cada simpósio tivesse uma representação de 40% de mulheres e que as perspectivas feministas estivessem integradas ao programa (ISA, 1991, p. 29).
27. Uma análise sociológica da feminização desigual dos congressistas e membros da ISA entre os países sede requer uma equação muito mais complexa, que deveria levar em conta a feminização comparada da sociologia em relação a outras disciplinas considerando não apenas as políticas de igualdade de gênero, mas também o seu histórico e sua posição no seio do campo acadêmico.
28. Isso não impediu, por exemplo, a exclusão do cânone das escritoras francesas do entreguerras, apagadas em favor de seus pares anglo-americanos, como mostrou Jennifer Milligan (1996). Em relação aos prêmios literários transnacionais, indico estudo em *Qu'est-ce qu'un auteur mondial?* (Sapiro, 2024b, p. 303-305 e 323-325).
29. Sobre o cânone artístico, ver a contribuição de Séverine Sofio (no prelo) “Combien faut-il d'artistes femmes pour changer un musée ? Le féminisme, l'histoire de l'art et la question des expositions non-mixtes”.
30. Ver, por exemplo, a tese em andamento de Isaac Desarthe sobre Françoise Héritier no Departamento de Ciência Política da Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne, *Françoise Héritier et l'anthropologie. Contribution à une histoire des sciences sociales à partir d'une trajectoire exemplaire*, sob orientação de Frédérique Matonti e Wolf Feuerhahn.

Conflito de Interesse

Nada a declarar.

Declaração de Disponibilidade de Dados

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

Financiamento

Centre National de la Recherche Scientifique 

Agradecimentos

Agradeço à tradutora, Treicy Giovannella, e aos revisores técnicos, Débora Mazza e Afrânio Mendes Catani.

Referências

- BAUDELLOT, C.; ESTABLET, R. **Allez les filles**. Paris: Seuil, 1992.
- BEAUVOIR, S. **Le deuxième sexe**. Paris: Gallimard, 1949.
- BOMPAIRE-EVESQUE, C. F. **Un débat sur l'Université au temps de la Troisième République**: La lutte contre la Nouvelle Sorbonne. Paris : Aux Amateurs du Livre, 1988.
- BONNET, A. **La Barbe ne fait pas le philosophe**: Les femmes et la philosophie en France (1880-1949). Paris: CNRS, 2022.
- BOURDIEU, P. Les conditions sociales de la circulation internationale des idées. Actes de la Recherche en Sciences Sociales, n. 145, p. 3-8, 2002. In: BOURDIEU, P. **Impérialismes**. Paris: Raisons d'agir/Seuil, 2023. p. 67-81.
- BRUN, É.; FORDANT, C.; SAPIRO, G. The rise of the social sciences and humanities in France: institutionalization, professionalization and autonomization. In: FLECK, C.; DULLER, M.; KARÁDY, V. (org.). **Shaping human science disciplines**: institutional developments in Europe and beyond. Basingstoke: Palgrave MacMillan, 2018. p. 56-59.
- CACOUAULT-BITAUD, M. La féminisation d'une profession est-elle le signe d'une baisse de prestige? **Travail, Genre et Sociétés**, v. 1, n. 5, p. 91-115, 2001. <https://doi.org/10.3917/tgs.005.0091>
- CASANOVA, P. **Le République mondiale des Lettres**. Paris: Seuil, 1999.
- CASANOVA, P. **La langue mondiale**: traduction et domination. Paris: Seuil, 2015.
- CENTRE NATIONAL DE RECHERCHE SCIENTIFIQUE (CNRS). **Rapport social unique 2022**. Observatoire des Métiers et de L'Emploi Scientifique, 2024. Disponível em: https://carrieres.cnrs.fr/wp-content/uploads/2024/01/CNRS_Rapport2022_WEB_SignetsTableaux.pdf. Acesso em: 13 out. 2025.
- CHARLE, C. Les femmes dans l'enseignement supérieur: dynamiques et freins d'une présence 1946-1992. In: DUCLERT, V.; FABRE, R.; FRIDENSON, P. (org.). **Avenirs et avant-gardes en France XIX-XXe siècles, hommage à Madeleine Rebérioux**. Paris: La Découverte, 1999. p. 84-105.

CHARRON, H. **Les Formes de l'illégitimité intellectuelle**: Les femmes dans les sciences sociales françaises 1890-1940. Paris: CNRS Alpha, coll. «Culture & Société», 2013.

CHENU, A. Bilan des qualifications aux fonctions de maître de conférences et de professeur. **La Lettre de l'ASES**, n. 25, set. 1998.

CHENU, A. Bilan des qualifications aux fonctions de maître de conférences et de professeur. **La Lettre de l'ASES**, n. 28, set. 1999.

CHENU, A.; MARTIN, O. Le plafond de verre chez les enseignants-chercheurs en sociologie et démographie. **Travail, Genre et Sociétés**, v. 2, n. 36, p. 135-156, 2016. Disponível em: <https://shs.cairn.info/revue-travail-genre-et-societes-2016-2-page-135?lang=fr>. Acesso em: 13 out. 2025.

CONNELL, R. **Masculinities**: Enjeux sociaux de l'hégémonie. Paris: Amsterdam, 2014.

DALBERG, T.; BÖRJESSON, M.; BROADY, D. A reversed order: expansion and differentiation of social sciences and humanities in Sweden 1945-2015. In: FLECK, C.; DULLER, M.; KARÁDY, V. (org.). **Shaping human science disciplines**: institutional developments in Europe and beyond. Cham: Palgrave MacMillan, 2019. p. 247-287.

DUBOIS, A. Women social scientists in the German-speaking world (1900s-1930s). In: The Sociology and History of the Social and Human Sciences, 16-17 nov. 2023. **Comunicação oral**. Université de Graz, 2023.

DÜLLER, M.; FLECK, C.; SCHÖGLER, R. Germany: after the Mandarins. In: FLECK, C.; DULLER, M.; KARÁDY, V. (org.). **Shaping human science disciplines**: institutional developments in Europe and beyond. Cham: Palgrave MacMillan, 2019. p. 69-109.

GODECHOT, O.; SAPIRO, G. Inclusive: une autre écriture est possible. **Le Nouvel Obs**, n. 8, mar. 2021. Disponível em: <https://www.nouvelobs.com/bibliobs/20210308.OBS41110/inclusive-une-autre-ecriture-est-possible.html>. Acesso em: 13 out. 2025.

HERZBERG, N. La mort de Marthe Gautier, découvreuse du chromosome à l'origine de la trisomie 21. **Le Monde**, 3 maio 2022.

HILL, M. R.; HOECKER-DRYSDALE, S. (org.). **Harriet Martineau**: theoretical and methodological perspectives. Londres: Routledge, 2014.

HOECKER-DRYSDALE, S. **Harriet Martineau**: first woman sociologist. Oxford: Berg, 1991.

INTERNATIONAL SOCIOLOGICAL ASSOCIATION (ISA). **ISA Bulletin**, Madri, n. 54-55, 1991. Disponível em: https://www.isa-sociology.org/uploads/files/isa-bulletin54_55.pdf. Acesso em: 25 out. 2025.

LAREAU, A. **Enfances inégales**: Classe, race et vie de famille. Lyon: École Normale Supérieure de Lyon, 2024.

LARSON, M. S. **The rise of professionalism**: a sociological analysis. Califórnia: University of California Press, 1977.

MACKINNON, C. A. **Le Féminisme irréductible**: Discours sur la vie et la loi. Paris: Des Femmes, 2005.

MARTIN, O. Femmes et hommes devant les étapes de la carrière d'enseignant.e chercheur.e: deux corps, deux sexes ? **Bulletin de l'ASES**, n. 43, p. 45-62, 2016.

- MATONTI, F. Marie Curie et Irène Joliot-Curie, deux femmes à la reconnaissance exceptionnelle? In: *The Gender Award Gap. Why do Women Win Fewer Research Prizes?*, 25 set. 2024. **Comunicação oral**. Paris: EHESS, 2024.
- MAUGER, G.; SOULIÉ, C. Le recrutement des étudiants en Lettres et Sciences Humaines et leurs objets de recherches. **Regards Sociologiques**, n. 22, p. 23-40, 2001.
- MILLIGAN, J. **The forgotten generation: French women writers of the inter-war period**. Nova York: Bloomsbury Academic, 1996.
- MORGAN, M. The post-war institutional development of the SSH in the UK. In: FLECK, C.; DULLER, M.; KARÁDY, V. (org.). **Shaping human science disciplines: institutional developments in Europe and beyond**. Cham: Palgrave MacMillan, 2019. p. 111-145.
- MOULIN, R. **The French art market: a sociological view**. New Brunswick: Rutgers University Press, 1987.
- MUEL-DREYFUS, F. **Vichy et l'éternel féminin: contribution à une sociologie politique de l'ordre des corps**. Paris: Seuil, 1996.
- PLANTÉ, C. **La Petite Sœur de Balzac: Essai sur la femme auteur**. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 2015.
- PLATT, J. **The British Sociological Association: a sociological history**. Londres: Routledge, 2003.
- RENISIO, Y. L'origine sociale des disciplines. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, n. 210, p. 10-27, 2015.
- RENNES, J. **Le mérite et la nature**. Une controverse républicaine : l'accès des femmes aux professions de prestige (1880-1940). Paris: Fayard, 2007.
- ROSS, D. **The origins of American social science**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- SAPIRO, G. Défense et illustration de "l'honnête homme". Les hommes de lettres contre la sociologie. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, v. 3, n. 153, p. 11-27, 2004.
- SAPIRO, G. Quoi de neuf après la *French Theory* ? Les traductions sur le marché du livre académique aux États-Unis. In: SAPIRO, G. (org.). **Sciences humaines en traduction: Les livres français aux États-Unis, au Royaume-Uni et en Argentine**. Paris: Institut français/CESSP, 2014. p. 14-51. Disponível em: <https://hal.science/halshs-01621157>. Acesso em: 25 out. 2025.
- SAPIRO, G. Translation and symbolic capital in the era of globalization: French literature in the United States. **Cultural Sociology**, v. 9, n. 3, p. 320-346, 2015. <https://doi.org/10.1177/1749975515584080>
- SAPIRO, G. Du rôle de l'Association internationale de sociologie dans l'institutionnalisation et la structuration de la discipline. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, n. 246-247, p. 94-117, 2023a. <https://doi.org/10.3917/arss.246.0094>
- SAPIRO, G. L'américanisation des sciences humaines et sociales françaises ? Une cartographie des traductions de l'anglais, de l'allemand et de l'italien en français (2003-2013). **Biens Symboliques**, n. 12, 2023b. <https://doi.org/10.4000/bssg.3049>
- SAPIRO, G. **Os escritores e a política na França: do caso Dreyfus à Guerra da Argélia**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2024a.

SAPIRO, G. **Qu'est-ce qu'un auteur mondial?** Paris: Gallimard/Seuil/EHESS, 2024b.

SAPIRO, G. **Os intelectuais:** automização, profissionalização, internacionalização. São Paulo: Editora USP, 2025.

SOFAER, J.; WHYTON, T.; TSORAKI, C.; GREENWAY, E. **Humanities in the European Research Area (HERA) Leverage 2010-2022.** Europa: HERA, 2023. Disponível em: https://eprints.soton.ac.uk/476761/1/HERA_LeverageReport_Final.pdf.

SOFIO, S. Combien faut-il d'artistes femmes pour changer un musée ? Le féminisme, l'histoire de l'art et la question des expositions non-mixtes. In: DUCOURNAU, C.; KNÜFER, A. (org.). **Démasculiniser les sciences Sociales.** Lyon: l'ENS de Lyon. (no prelo.)

ZELIZER, V. **La signification sociale de l'argent.** Paris: Seuil, 2005.

Sobre a Autora

GISÈLE SAPIRO é socióloga francesa, diretora de Estudos da École des Hautes Études en Sciences Sociales, diretora de Pesquisa no Centre National de Recherche Scientifique e membro do Centre Européen de Sociologie et de Science Politique, Paris, França. Pesquisadora de sociologia dos intelectuais, da cultura e da literatura, da tradução e das trocas culturais internacionais e da história social das ciências humanas e sociais. Sua obra é fortemente influenciada pela teoria dos campos de Pierre Bourdieu.

Recebido: 3 ago. 2025.

Aceito: 21 out. 2025.